



## RESENHA CRÍTICA

THOMAS, Gary; PRING, Richard. **Educação Baseada em Evidências: a utilização dos achados científicos para a qualificação da prática pedagógica.** Porto Alegre: ARTMED, 2007. 256p. ISBN: 978-85-363-0887-6.

# O que Informam as Práticas e as Políticas Educacionais?

Maria Clara Bueno Fischer

As prateleiras das livrarias estão abarrotadas de livros de metodologia de pesquisa. Sem dúvida, o crescimento quantitativo e qualitativo da pesquisa em nível de pós-graduação no Brasil tem gerado uma grande demanda de publicações neste campo de conhecimento e a Educação não foge à regra. Acrescente-se a esse fato um discurso que afirma que a pós-graduação em educação, leia-se a pesquisa na área, vai bem, mas a educação (básica, especialmente) vai mal. Ironicamente, inúmeras revistas vendidas para o grande público sugerem caminhos promissores para a resolução dos problemas pedagógicos vividos por professores e outros profissionais direta ou indiretamente envolvidos com a área da Educação. O pano de fundo: o que informa e embasa a prática pedagógica e a elaboração das políticas educacionais?

As relações entre pesquisa acadêmica e prática pedagógica são uma questão que tem preocupado tanto investigadores da área como professores e gestores de políticas educacionais. Muitas e variadas experiências de pesquisa, teorizações e proposições metodológicas, razoavelmente conhecidas entre pesquisadores, têm sido usadas para enfrentar esta desafiante e histórica questão: pesquisa-ação, pesquisa-participante, pesquisa-formação, pesquisa etnográfica, estratégias de formação e investigação da prática com base na concepção do professor reflexivo – apenas para citar algumas entre tantas alternativas. Isso sem falar nas conhecidas proposições de Freire, muito debatidas na área a respeito da relação dialética entre o ato de pesquisar e o ato de ensinar. Menos discutidas, no entanto, talvez sejam as cada vez mais necessárias metodologias de pesquisa que sistematizam achados de várias pesquisas, tanto para subsidiar a elaboração de novos problemas de pesquisa como para informar políticas dirigidas à área. Neste caso, situam-se, por exemplo, os espaços de pesquisa dos observatórios que em parte se utilizam de base de dados de governos e da pesquisa em geral.

Diretamente associada a esta ampla e permanente problemática situa-se a obra inglesa intitulada “*Educação baseada em evidências: a utilização dos achados científicos para a qualificação pedagógica*”, recentemente disponibilizada no Brasil, propondo ao leitor um conjunto de reflexões instigantes. Reúne artigos, de diferentes autores, bem-articulados entre si, sobre o lugar das *evidências* para o aperfeiçoamento da prática educativa e elaboração de políticas da área. A expressão “baseada em evidências” está associada ao que os autores referem, em vários momentos do livro, sobre o “movimento pela prática baseada em evidências”, que se iniciou na medicina no início da década de 90 e que se expandiu para outras áreas, incluindo a Educação.

Sob a coordenação de Gary Thomas, Professor de Educação da Universidade Oxford Brookes, e de Richard Pring, Ex-professor de Estudos de Educação da Universidade de Oxford, o livro é uma compilação de artigos escritos por pesquisadores da área da Educação, das Ciências Sociais, da Saúde e elaboradores de Políticas Públicas, especialmente da área da Educação, do Reino Unido. Longe de elaborarem um livro de defesa ou de receitas para o uso dos achados científicos, os autores fazem uma discussão problematizadora do tema baseando-se em suas investigações, experiências com a sistematização de evidências de pesquisa e prática de ensino e de ação no âmbito das políticas públicas voltadas à melhoria da educação. Os autores constroem sua argumentação a partir de diferentes lugares teóricos e de inserção profissional propiciando um tratamento do tema de forma abrangente, complementar e crítica.

Todos partem do pressuposto de que são importantes as evidências para conceituar e melhorar a prática e as políticas, mas discutem sobre a natureza e o valor das mesmas. Neste contexto, refletem sobre a relação entre evidência – potência e valor – e as assunções que daí emergem para dar sustentação à prática. A obra está organizada em três partes assim intituladas: *O que é prática baseada em evidências; Exemplos da prática baseada em evidência* e, por fim, *Questões*.

O conteúdo abordado na primeira parte do livro diz respeito à explicitação do significado da “prática baseada em evidências” com base na experiência dos autores. Além disso, discorrem sobre a necessidade de sistematização daquilo que é considerado eficiente para a prática pedagógica. Argumentam sobre a relevância do diálogo entre pesquisadores e profissionais da Educação e, ainda, analisam sobre o desafio para os investigadores da área de ampliarem a importância da pesquisa para professores e elaboradores de políticas.

“Revisões sistemáticas e a Campbell Collaboration” é como se intitula o artigo que abre essa parte da obra. Philip Davies, diretor de Avaliação de Políticas da Unidade de Estratégia do Primeiro Ministro Britânico e fundador da Campbell Collaboration, descreve e analisa a experiência dessa organização. Conforme o autor, esta tem a função de auxiliar na tomada de decisões de profissionais e elaboradores de política através da disseminação de revisões sistemáticas do acúmulo de evidências resultantes de pesquisas experimentais ou quase experimentais e de estudos sobre intervenções em relação a um determinado tópico para contribuir com “a eficácia de intervenções sociais e comportamentais na educação, em criminalidade e justiça e bem-estar social” (Thomas; Pring, 2007, p. 32). Tais revisões também fornecem subsídios para o direcionamento da própria pesquisa da área em questão. Trata-se de uma experiência de profissionalização de uma empresa em realizar o “estado da arte” a respeito de um tema. São detalhados os passos observados para fazer as revisões: formulação adequada e clara da pergunta orientadora; a busca sistemática de estudos primários fundamentais; a avaliação crítica da importância e da qualidade dos estudos a serem considerados na revisão; a criação de uma estrutura analítica para a realização da mesma. Philip Davies apresenta, ainda, o que seria a meta-análise do processo de comparação de estudos com metodologias diferenciadas.

No segundo artigo, Judy Sebba, Professora de Educação da Universidade de Sussex (Inglaterra), argumenta especialmente sobre o desenvolvimento de políticas com base em evidências. Assume, de início, a polissemia e a discordância entre autores do conceito de evidência e seu impacto. Imediatamente, esclarece que as evidências podem ou não resultar da investigação sistemática, da pesquisa. A seguir pondera sobre que evidências, em geral, são consideradas pelos elaboradores de políticas para a sua formulação: dados quantitativos de pesquisas disponíveis, dados de inspeção e evidências de pesquisas encomendadas. Apresenta, posteriormente, reflexões mais detalhadas a respeito da problemática teórico-metodológica da construção de base cumulativa de evidências de pesquisa e de sua acessibilidade e uso. A autora conclui seu artigo indicando a necessidade de se mirar os potenciais usuários dos resultados de pesquisa – profissionais e elaboradores de políticas – para visualizar processos de produção, de sistematização e de comunicação de tais resultados.

David Gough, Professor e Pesquisador, Conferencista em Ciências Sociais e Vice-diretor do Social Science Research Unit no Instituto de Educação da Universidade de Londres, autor do artigo seguinte, defende o uso de síntese sistemática de resultados de pesquisa considerando-a uma questão de

legitimidade e impacto público da própria pesquisa. Além de ponderar vários aspectos relativos aos diferentes usuários da pesquisa, sistematiza elementos da crítica à pesquisa educacional que vem se realizando nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha em termos da qualidade metodológica, da relevância prática, da dificuldade de acesso aos resultados (evidências de pesquisa), indicando, conseqüentemente, a necessidade de definição de agenda de prioridades de pesquisa, sínteses e disseminação de produtos das investigações. David, ao avaliar as evidências na pesquisa educacional, discorre sobre um assunto bem conhecido dos pesquisadores brasileiros: a relevância e complexidade da revisão da bibliografia, incluindo os procedimentos de como fazê-la. Segundo ele, esta tem sido feita muito informalmente, sem procedimentos científicos claros, trazendo conseqüências graves para as conclusões de pesquisa a que se chega, reduzindo, entre outras coisas, a capacidade de se construir novo conhecimento a partir do que já se sabe. Discute, ainda, a respeito da confiabilidade da pesquisa, recuperando, a este respeito, uma discussão sobre critérios de confiabilidade. A partir dessa argumentação apresenta e analisa métodos de abordagem de síntese sistemática e descreve didaticamente as etapas que, em geral, são utilizadas para a realização da mesma. Por fim apresenta alguns desafios que o tema traz respondendo a críticas que são feitas às sínteses de evidências de pesquisa.

A segunda parte é dedicada a apresentar e analisar experiências. Traz, no primeiro artigo, uma apresentação e a análise da experiência do EPPI – Evidence for Policy and Practice Information and Co-ordenating Center do Instituto de Educação da Universidade de Londres – no processo e resultado de produção do estado da arte sobre o impacto das tecnologias de informação e comunicação na alfabetização em inglês de pessoas dos cinco aos 16 anos. Judy Sebba descreve o processo de forma ampla, indicando principais desafios, soluções e perspectivas enfrentadas pela equipe de pesquisa na realização da revisão sistemática de resultados de pesquisa. Um desses aspectos é a necessidade de sintonia na equipe a respeito de como fazer a tarefa, considerando que as evidências resultam de procedimentos construídos a partir de paradigmas distintos como é o caso, por exemplo, das pesquisas qualitativas e das quantitativas. Outro se refere à dificuldade de lidar com compreensões e base conceitual diferenciada das pesquisas. Indicam, por exemplo, o uso polissêmico do termo “impacto”, conceito central para construir o estado da arte em questão.

A seguir Philippa Hodkinson, do Center for the Use of Research and Evidence in Education (CUREE), num interessante artigo intitulado “Professores usando evidências: o que sabemos sobre ensino e aprendizagem para reconceituar a prática baseada em evidência” traz uma reflexão sobre a ação do professor a partir de duas bases de evidências: aquelas que resultam de sua experiência profissional e aquelas originadas no campo da pesquisa. Inicialmente faz uma boa síntese de ações que vêm ocorrendo na Grã-Bretanha envolvendo centros de pesquisa, ações de governo e escolas no sentido de aproximar a pesquisa da experiência profissional. Argumenta sobre a importância da prática informada por evidências – tanto de pesquisa como da experiência profissional – e também

discorre sobre o fato de que a sua realização demanda conhecer e compreender a percepção que os profissionais têm do que funciona – e não funciona – na prática pedagógica, além de necessitar de apoio dos órgãos competentes. Uma idéia interessante defendida pela autora é a de que “a prática informada por pesquisa ou evidências tem o potencial de dar sustentação ao ensino e à aprendizagem precisamente porque demanda que os professores se tornem novamente aprendizes” (Thomas; Pring, 2007, p. 94).

Dois artigos que se seguem analisam o tema no campo da medicina e áreas afins. Um deles reflete sobre a construção do diagnóstico médico que, segundo o autor, teria como base a mediação entre resultados de pesquisa e a experiência individual do médico; o saber tácito. Defende a necessidade de se tornar acessível para um público amplo o conhecimento advindo da experiência individual. Segue-se um texto que discute sobre a distinção entre “prática baseada em evidência e evidência baseada na prática”, em que é defendida a incorporação metódica das evidências individuais no acúmulo do conhecimento de uma área de saber mais do que aquelas originárias de testes padronizados.

O último artigo desta parte do livro tem como objeto de reflexão as razões da resistência dos professores em usar evidências de pesquisa em sua prática profissional. Toma como base uma análise crítica do campo da Educação Especial nos Estados Unidos. A autora, Deborah J. Gallagher, parte da identificação dos problemas vividos pelos pesquisadores na área no que diz respeito às dificuldades de divulgação e uso de resultados de suas pesquisas na área. Analisa de forma densa e crítica a argumentação dos pesquisadores.

A terceira e última parte do livro é dedicada ao debate de questões fundamentais implicadas no tema. O artigo de Martyn Hammersley, da Open University (Inglaterra), abre esta seção contextualizando e problematizando o movimento e a noção da “prática baseada em evidência”. É um artigo esclarecedor e crítico da temática desenvolvida no livro. Diz respeito à relevância dada por este movimento para as evidências originadas na pesquisa construída a partir de testes padronizados. Tal priorização não valoriza, segundo o autor, as evidências originárias da experiência individual, criando uma expectativa distorcida de que a melhor prática resulta somente da aplicação de resultados de pesquisa e deste tipo de pesquisa. De forma instigante e crítica, menciona a relação entre este movimento e a nova gestão pública (gerencialismo), que se baseia na transparência responsável da mesma, e quem tem sua origem numa mitologia do mercado, a qual secundariza o cuidado com as condições de trabalho dos profissionais.

Phill Hodkinson e John K. Smith, no décimo primeiro artigo, discutem a relação entre pesquisa, políticas e prática. Apresentam e analisam uma experiência e fazem uma proposição alternativa à prática baseada em evidência. Sua proposição tem como base o trabalho em conjunto entre professores, pesquisadores e elaboradores e implementadores de políticas. Com base em conclusões de suas experiências e de outros estudos associados ao tema que se propõem a debater, oferecem uma convincente argumentação sobre os

problemas, as ambigüidades e desencontros para e no estabelecimento das relações entre pesquisa, políticas e práticas. Analisam a questão das incertezas epistemológicas presentes nas práticas e nos debates das comunidades científicas, o avanço do conhecimento disponível no mundo virtual e, ainda, o fato de o movimento pela prática baseada em evidências ter o modelo reducionista de pesquisa empirista como prioritário para a constituição da “evidência”. Provocam o leitor ao trazerem reflexões a respeito de como são utilizados resultados de pesquisa na elaboração de políticas públicas e no exercício da prática profissional. Concluem o artigo discorrendo sobre a importância de uma relação conjunta e processual entre representantes de professores, pesquisadores e elaboradores de políticas públicas para se construir uma melhor articulação entre estes espaços e tempos de produção de conhecimento e ação.

Em artigo sugestivamente intitulado de “Tornando educativa a prática baseada em evidências”, John Elliott – Professor-consultor do Hong Kong Institute of Education e Consultor do Governo de Hong Kong para o Desenvolvimento Estratégico das Propostas de Reforma de Currículo – analisa, de forma consistente e crítica, idéias de David Hargreaves sobre a prática baseada em evidências. Sua reflexão é construída à luz das teorizações de Richard Peters sobre os objetivos da educação e de Lawrence Stenhouse sobre currículo e ensino baseado em pesquisa. São apresentados alguns aspectos importantes desses autores, que são utilizados como referência para a construção da crítica. Entre eles, o potencial e as relações entre produção de evidências de pesquisas estatísticas e aquelas oriundas de estudos de caso; a inseparabilidade entre teoria da ação educativa e pesquisa educacional e os problemas que surgem na prática educacional; a base segundo a qual os professores dão resposta aos problemas enfrentados na prática. Ao final, o autor levanta a hipótese de que a principal diferença entre Hargreaves e Stenhouse pode ser a de que aquele esteja “preocupado principalmente em *definir a pesquisa como base da prática* [e este esteja] basicamente preocupado com *definir a prática como base para a pesquisa*” (Thomas; Pring, 2007, p.199).

“Usando a pesquisa-ação para gerar conhecimento sobre a prática educativa”, de Harry Torrance, Professor de Educação e Diretor de Pesquisa no Instituto de Educação da Manchester Metropolitan University (Inglaterra), descreve e analisa uma experiência de pesquisa-ação tomando como base a assertiva de que “as relações entre produtores de pesquisa e usuários de pesquisa deveriam ser incluídas em qualquer definição da metodologia de pesquisa aplicada” (Thomas; Pring, 2007, p. 203). A experiência em questão constituiu-se de uma “pesquisa-ação para investigar e desenvolver abordagens formativas para a avaliação de alunos nas escolas fundamentais” (Thomas; Pring, 2007, p. 203). A motivação para a realização da pesquisa-ação resultou da frustração, aliás, muito comum entre nós, dos professores e dos pesquisadores de, ao tomarem conhecimento de resultados de pesquisa, perguntarem-se: “Como podemos melhorar a nossa prática?”. Concluem que professores que investigam a própria prática contribuem para melhorá-la, mas, por outro lado, que a

generalização dos achados de pesquisa e conhecimento público é, ainda, prerrogativa dos pesquisadores acadêmicos. Corroboram a idéia de que o professor precisa pesquisar para desenvolver a capacidade de utilizar resultados de estudos. Confirmam a necessidade de apoio logístico para a realização da pesquisa-ação. Destacam também a vulnerabilidade que sofrem os professores com as mudanças de governo que, ao não darem continuidade às políticas, prejudicam o amadurecimento de experiências (como a relatada pelos autores no artigo).

À guisa de conclusão, Richard Pin, Professor de Educação na Universidade de York e Coordenador do English Review Group no EPPI Center, resume as reflexões apresentadas nos diferentes artigos do livro. Contextualiza a emergência da necessidade da discussão das “evidências” no âmbito das ciências da saúde e, mais do que isso, da importância que foi se estabelecendo na área de sistematizar criticamente achados de pesquisa e os respectivos procedimentos metodológicos para informar a prática profissional e as políticas públicas. Através de instituições que se especializaram nesses caminhos, houve expansão e credibilidade dos mesmos para outras áreas, como a Educação. O autor argumenta criticamente a respeito do pressuposto, presente neste movimento, da possibilidade de previsão da vida social. Discorre também sobre a dificuldade de estabelecer uma relação linear entre o discurso científico e a vida das pessoas e, ainda, sobre a separação entre meios e fins que está implicada na perspectiva deste movimento. Por fim, discute a respeito da necessidade de se refletir sobre noções de evidência para além da pesquisa experimental e sobre como se pode reunir e sistematizar evidências nessa perspectiva.

Essa obra pode dar uma contribuição significativa para a discussão sobre procedimentos metódicos de revisão da produção científica na área da Educação, tanto para a definição de problemas relevantes de pesquisa como para a definição de políticas para a área. No que diz respeito à busca de caminhos para a realização do estado da arte da pesquisa em Educação, é interessante ponderar as idéias apresentadas neste livro com uma análise recente feita por Bernard Charlot (2006) a respeito das dificuldades da área neste campo. Ações recentes do governo brasileiro parecem indicar um crescente interesse em articular a pesquisa acadêmica às políticas de governo, como é o caso, na CAPES, do Observatório da Educação Básica e do PROEJA (Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos). Em qualquer caso, faz-se necessária uma definição dos envolvidos sobre o uso de achados de pesquisa na prática profissional, na elaboração e na realização de políticas educacionais. As reflexões trazidas nesse livro podem servir para adensar e ampliar o embasamento teórico-metodológico de ações desta natureza.

### Referência

CHARLOT, Bernard. A Pesquisa Educacional Entre Conhecimentos, Políticas e Práticas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.11, n. 31, p. 7-18, jan./abr. 2006.

Maria Clara Bueno Fischer é professora, doutora em Educação (pela Universidade de Nottingham, Reino Unido) e pesquisadora da Linha de Pesquisa Educação e Processos de Exclusão Social do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Endereço para correspondência:  
clara@unisin.br